



### O Sujeito Autorizado no Jornalismo Esportivo sobre Futebol<sup>1</sup>

Raphaela Xavier de Oliveira Ferro<sup>2</sup>

**Resumo:** O jornalismo esportivo é uma área em que, historicamente, há a predominância da atuação masculina. Algo que ainda é perceptível atualmente, mesmo com o aumento da participação de mulheres nesse campo profissional (JOHN, 2014). A partir dessa realidade, este artigo busca discutir quem é o sujeito de fato autorizado (FOUCAULT, 2014) a atuar na cobertura jornalística de esportes, mais especificamente sobre futebol, modalidade que ganha relevância por sua relação intrínseca à ideia de construção de uma identidade brasileira (GUEDES, 2021). Considerando a discussão sobre a autorização dos sujeitos para falar com legitimidade, feita a partir de pesquisa bibliográfica, e a análise de documentos audiovisuais em que é possível identificar depoimentos de pioneiras no jornalismo esportivo brasileiro, compreende-se que ainda persiste um regime de autorização discursiva nessa área, que restringe, mesmo que de forma implícita e enfrentando resistência, a atuação de mulheres.

**Palavras-chave:** Futebol; Mulheres; Jornalismo Esportivo; Sujeito Autorizado.

#### 1. Introdução

O acesso ao ensino superior é historicamente uma das principais portas de entrada ao mercado de trabalho para as mulheres – no Brasil, especialmente a partir da década de 1970 (BRUSCHINI, 1994). Contudo, ainda assim, algumas ocupações profissionais permanecem com sentidos que são consequências da construção social firmada no que se acredita ser feminino e masculino em cada contexto social (FONSECA, 2000). No âmbito do jornalismo, essa realidade se confirma ainda atualmente. Apesar de serem maioria na profissão (LIMA; MICK, 2021), elas convivem com uma cultura organizacional que idealiza a figura masculina, não coíbe situações de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT - Mulheres do Futebol, 4º Simpósio Internacional de Estudos do Futebol.

<sup>2</sup> Doutorado em andamento, início em 2021 e previsão para 2025, em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem Mestrado (2018) em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás, (UFG). e-mail: raphaelaferro@gmail.com.



assédio e se distanciam de editoriais em que tal prática é recorrente, como as de política, policial e de esportes (LELO, 2019).

O jornalismo sobre esportes, especificamente, um dos primeiros modelos de jornalismo especializado inseridos na rotina de redações de jornais, segundo Lovisolo (2011), é uma área que tem, desde a origem, uma predominância da atuação profissional de homens. John (2014) analisa que se mantém no imaginário popular a ideia de que a mulher não entende de futebol, principalmente, e, por isso, não teria qualificação para trabalhar em áreas que envolvam a modalidade, incluindo-se os meios de comunicação.

A autora relata que o jornalismo esportivo, historicamente, deixa a figura feminina à margem de suas narrativas, tanto no papel de quem reporta quanto no espaço de quem é notícia. As vozes ouvidas em vários âmbitos ainda são quase exclusivamente masculinas e mesmo quando não o são, muitas vezes, carregam o discurso sexista (JOHN, 2014). Mattos e Zuculoto (2017) reforçam que a constituição do jornalismo esportivo é hegemonicamente masculina - no rádio, especialmente nas funções que usam o microfone. Tanto que, como indicam as autoras, as transmissões e coberturas esportivas foram iniciadas e se estabeleceram no rádio na década de 1930, mas os registros de que as mulheres passaram a fazer parte desse universo são da década de 1970.

Considerando esse cenário e a compreensão do jornalismo esportivo a partir das definições conceituais de jornalismo, mesmo considerando a ausência de consenso no campo (DEUZE, 2005), busca-se, neste artigo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental, identificar quem é, atualmente, o sujeito autorizado a atuar profissionalmente na área, mais especificamente na cobertura a respeito do futebol, compreendendo-o “como um dos significantes mais importantes no processo de construção da identidade nacional brasileira” (GUEDES, 2021, p. 1). Isto é, busca-se identificar quem é percebido como qualificado para acessar o controle dos discursos (FOUCAULT, 2014) nesse caso.

A partir da identificação dos rituais que definem os indivíduos aptos e a qualificação que devem possuir para assim se estabelecerem no âmbito do jornalismo esportivo, intenta-se compreender como esse espaço se configura como lugar de poder

no que se refere às questões de gênero – constatação apoiada em estudos precedentes, como o de Koshiyama, por exemplo, que indica que “a relação de gênero homem mulher é marcada pela delimitação do espaço permitido ou interditado à presença de todos” (2001, p. 4), também projetando em sua discussão a ideia de autorização.

Pereira e Ritter (2019) consideram que a participação feminina no jornalismo esportivo vem aumentando, inclusive em funções até pouco tempo para as quais só eram contratados homens, como a narração em transmissões ao vivo de competições em rádio e televisão. Contudo, até que ponto essas mulheres são apresentadas e identificadas como sujeitos autorizados a falarem sobre esporte, tendo valor de verdade agregado a seu discurso e considerando a qualificação exigida, não só em conhecimento de conteúdo e capacidade informativa, mas também a partir de todo o conjunto de signos estabelecidos para que o discurso tenha efeito, eficácia e valor de coerção?

De acordo com Bueno e Marques, para que as mulheres assumam funções como a de comentarista ou a de narradora em programas de jornalismo esportivo, é “necessário reconhecimento por parte do programa e dos seus telespectadores da competência esportiva da(o) profissional contratada(o)” (BUENO; MARQUES, 2020, p. 118). Entretanto, a competência exigida e o julgamento a respeito são os mesmos para a avaliação de homens como para a de mulheres que se preparem para exercer as funções? Entender qual é, ainda hoje, o sujeito autorizado a reportar as notícias sobre esportes pode contribuir para uma percepção mais exata de como se configura a inserção de vozes femininas em um espaço que permanece como “reduto masculino” (BRUSCHINI, 2007) mesmo apesar do processo de feminização pelo qual passa o jornalismo.

## 2. Sujeito Autorizado

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2014) considera, entre os procedimentos que permitem o controle dos discursos, a determinação de condições de funcionamento desses discursos. Há um certo número de regras impostas aos indivíduos que impedem que todos tenham acesso a eles. “Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de

início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Essa restrição, segundo o autor, é feita a partir de sistemas complexos e o ritual seria a forma mais superficial e visível deles.

É ele quem define que qualificação devem possuir os indivíduos que falam e que têm proeminência no jogo da comunicação: “define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 37).

A ideia de autorização discursiva dos sujeitos também aparece em *A Arqueologia do Saber*, em que Foucault (2020) analisa a prerrogativa enunciativa relativa à medicina. “O *status* do médico compreende critérios de competência e de saber” e, entre outros elementos, compreende também, segundo o autor, “um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 2020, p. 61). Há, de acordo com Foucault (2020), lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso e que o legitimam, assim como é preciso considerar “as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações” (p. 63).

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (FOUCAULT, 2020, p. 62)

O médico “se torna o titular – não apenas privilegiado, mas quase exclusivo – desse discurso” (FOUCAULT, 2020, p. 200). Grigoletto (2007) considera que as afirmações feitas nesse sentido, nesta última obra citada, “remetem à definição de lugar social como ponto de ancoragem da prática discursiva” (p. 5). Na análise da autora, essa construção de lugares discursivos só ocorre porque “há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal” (GRIGOLETTO, 2007, p. 7).

Trata-se do que Ribeiro (2019) denomina por “regime de autorização discursiva”, retomando a perspectiva apresentada por Foucault (2014) em que o discurso é entendido, de forma simplificada, como “um sistema que estrutura

determinado imaginário social” (RIBEIRO, 2019, p. 55). A autora indica a existência de múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados, inclusive no que diz respeito à autoridade de fala.

A experiência desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (RIBEIRO, 2019, p. 63)

De acordo com Ribeiro (2019), na obra de Foucault há a compreensão de que existem: um sistema de poder que inviabiliza, impede e invalida essas vozes subalternizadas e uma interdição para que sejam ouvidas. Contudo, a autora discute, a partir de Spivak (2010), o fato de o francês não romper com o discurso hegemônico eurocêntrico em suas análises e, para além disso, questiona o lugar silenciado como algo absoluto. A falta de espaço para uma ideia de resistência é problematizada também por McLaren (2002), para quem Foucault, segundo ela, em consonância com a maioria das teóricas feministas, sinaliza que o poder opere tanto no nível interpessoal, micropolítico, quanto no nível estrutural, macropolítico.

Segundo McLaren (2002), a subteorização da resistência na obra de Foucault é um dos pontos muito criticados por feministas, inclusive pelas mais simpáticas a ele. Por outro lado, ela defende que a compreensão do autor a respeito das normas sociais é útil para esse campo de estudo. “Foucault demonstra que as normas sociais são impostas e tomadas pelos sujeitos por meio de uma variedade de práticas e instituições sociais” (MCLAREN, 2002, p. 165)<sup>3</sup>, entre elas estão os sistemas complexos que atuam na restrição de sujeitos ao discurso.

Por mais que Foucault tenha negligenciado a percepção de gênero na análise das questões relativas ao poder e ao saber, como afirmam Narvaz e Nardi (2007), não considerando que “as relações de poder e as produções da Verdade e do Sujeito estão absolutamente entrelaçadas com as questões de gênero” e que “historicamente, as relações de poder se associam à dominação masculina” (p. 57), é possível aproximar o

---

<sup>3</sup> Tradução livre, elaborada pela autora, do trecho: “Foucault demonstrates that social norms are imposed upon and taken up by subjects through a variety of social practices and institutions” (MCLAREN, 2002, p. 165).

conceito relativo à existência de um sujeito autorizado ao discurso a esse universo. O objetivo é fazê-lo para a análise de regimes de autorização específicos, como definiu Ribeiro (2019), considerando inclusive a influência da subalternização dos discursos de minorias sociais, mais especificamente de mulheres inseridas em âmbitos que se mantêm como redutos masculinos (BRUSCHINI, 2007); os esportes, conforme Costa (2021), a partir de Morin (1975), “como um dos últimos redutos próprios para a afirmação da masculinidade” (p. 20); e o jornalismo como campo profissional em que há “a idealização da masculinidade nas culturas organizacional e profissional” (LELO, 2019, p. 11).

### 3. Autoridade no Jornalismo sobre Futebol

Diferente do contexto médico analisado por Foucault (2020), o jornalismo apresenta traços mais difusos em sua definição de funcionamento. Longe de titular exclusivo de seu próprio discurso, o jornalista divide o privilégio de sua área de atuação com outros sujeitos presentes na rede de informações. Ele está envolto, na verdade, em um processo atual, porém não apenas recente, de precarização e desprofissionalização, como afirmam Deuze e Witschge (2016), “com a profissão estando sob enormes pressões devido a uma variedade de fatores” (p. 10) – o que também se relaciona com o processo de feminização da área profissional (LELO, 2019) (ROCHA; SOUSA, 2011).

Entretanto, há processos de normatização e ritualísticos que, ainda assim, se estabelecem e podem ser identificados na cobertura jornalística especializada. De acordo com Lovisolo (2011), inclusive, a “intensificação da padronização das regras e dos processos de mediação comunicacional chegou antes ao esporte do que às outras práticas sociais” (p. 93), fomentando e impulsionando principalmente o futebol como modalidade que reflete uma perspectiva de identidade nacional – no Brasil, principalmente, a partir da atuação de Mário Filho na crônica esportiva na década de 1920 (LOPES, 1994).

Em geral, o futebol só ocupava uma ou duas colunas de página, a preferência indo para as regatas. Esse estado das coisas caracterizava as páginas esportivas dos jornais em 1927; os repórteres esportivos ocupavam a posição mais baixa da hierarquia dos jornalistas, os que cobriam o futebol escorando seus pobres salários com as refeições que

os clubes lhes ofereciam nos dias de treino. Mário Filho mudou esse estado das coisas antecipando a produção de notícias desde os treinos ou os momentos que precedem os jogos, fabricando eventos, entrevistando os jogadores ou contando suas biografias. (LOPES, 1994, p. 67-68)

Segundo Lopes (1994), Mário Filho teve, à época, ação indissociável do esporte, do jornalismo e da política, estabelecendo, inclusive, parte dos procedimentos – assim como gestos, comportamentos e circunstâncias – que passariam a ser adotados na cobertura esportiva e, mais especificamente, do futebol. Assim como Mário, o jornalista Tomáz Mazzoni também teve importante atuação na tentativa de “formar um público leitor cativo usando como estratégia o apelo às emoções, a promoção de eventos, preocupando-se em tornar menos empolada a linguagem, passando a inventar apelidos para os times e nomes para os clássicos” (COSTA, 2011, p. 6).

Assim, a imprensa esportiva contribuiu diretamente para a formação dos signos que acompanham o discurso da área ao mesmo tempo em que foi se adequando à “linguagem comum” que se tornou o futebol (LOPES, 1994). Guedes (2021) considera que, por ocupar, em decorrência de uma série de condições históricas, lugar de esporte nacional, ao futebol é implicada uma característica específica: torna-se um campo de debates. “É neste contexto que têm sido elaboradas e reelaboradas importantes representações coletivas sobre a brasilidade, sobre o que nos une e o que nos divide” (GUEDES, 2021, p. 5). De acordo com a autora, a imprensa esportiva ocupa lugar fundamental nesses debates, imersa em outra questão, a da disputa sobre os “discursos autorizados”.

A imprensa (falada, escrita, televisada) produz, de fato, as leituras autorizadas dos eventos que ocorrem no futebol, muitas vezes, consagrando determinadas versões. Trata-se de um “discurso de autoridade” cuja especificidade, como diz Bourdieu (1996, p. 91), “reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”. A produção simultânea de um corpo de especialistas, de peritos, na produção dos textos e imagens que cercam o futebol é, pois, parte fundamental deste fenômeno multidimensional. (GUEDES, 2021, p. 6).



A autora reforça que a imprensa esportiva produz peritos, que são “amplamente reconhecidos como detentores desta autoridade, o que os credencia como mediadores privilegiados entre o espetáculo, em todas as suas nuances e desdobramentos, e o público” (p. 6) e cita, como referências, quatro homens, renomados na história da crônica esportiva nacional: João Saldanha, Sandro Moreira, Armando Nogueira, João Máximo. Guedes (2021) contrapõe a autoridade da imprensa esportiva à não autorização do discurso de jogadores que reivindicam o lugar de sujeitos do discurso elaborado sobre o futebol ao invés do lugar de objeto, de “jogador disciplinado”, que lhes é relegado pela mídia.

Entretanto, é possível estabelecer um paralelo do que é apresentado pela autora em relação à autorização creditada às mulheres que atuam na mesma imprensa esportiva, mas não ocupam necessariamente lugar de legitimidade para a interpretação do campo ligado ao futebol. Entre os argumentos mais recorrentes para restringir o direito de falar, com autoridade, sobre o esporte está, como analisam Binello et al (2005), o questionamento a respeito do conhecimento obtido a partir do “jogar futebol”, que seria hipoteticamente uma experiência natural e exclusiva à totalidade dos homens.

A negação do conhecimento empírico se produz em termos de um saber que se julga necessário para compreender o próprio jogo e que as mulheres, tal como aparece no imaginário do futebol, carecem. É um saber que integra o afetivo e o emocional, um saber corporal, na medida em que o corpo faz parte desse ato de conhecer (Maffesoli, 1997). Essa dimensão se manifesta como significativa porque a negação desse saber não se apresenta de forma transparente, mas leva, por vias mais opacas, à desvalorização da sensibilidade feminina a respeito do futebol. Se o futebol é uma espécie de educação sentimental destinada a construir um ethos masculino, a atribuição do 'não-saber' aparece vinculada à ausência de práticas futebolísticas que, supõe-se, todos os homens fizeram em algum momento. Essa prática concede o direito de falar aos homens e ao mesmo tempo restringe o campo:

"Mulheres no futebol... é indiferente para mim, mas me incomoda que relatem ou comentem, pois teriam que ter jogado futebol para saber (...) o futebol é de homens e o jogam os homens..." (Federico, 28 anos)



A negação assim produzida adota a forma de uma espécie de “persuasão clandestina”, que, como dizem Bourdieu e Wacquant, é exercida simplesmente pela ordem das coisas, isto é, aquilo que está dado. (BINELLO et al, 2005, p. 44-45)<sup>4</sup>

Para as autoras argentinas, a exclusão exercida sobre as mulheres no âmbito do futebol opera sobre distintos eixos discursivos e assume diferentes modalidades. Elas consideram que a demarcação de gênero nessa área envolve pelo menos quatro dimensões: o saber, a carnavalização, a paixão e a violência. O discurso masculino sobre o futebol envolve aceitação da identidade feminina apenas no segundo caso. Nos outros, há negação, resistência e exclusão (BINELLO ET AL, 2005). Nesse contexto, mesmo que ocupem espaços profissionais no universo do jornalismo esportivo, é possível identificar a dificuldade de ter atribuída legitimidade e autoridade ao que é elaborado por mulheres sobre o futebol.

### 4. Elas dizem

Não que a atuação feminina na crônica da modalidade seja algo perceptível apenas no momento presente. Maria Helena Rangel é considerada a primeira mulher a atuar no jornalismo esportivo no Brasil – foi contratada pelo jornal Gazeta Esportiva em 1947 (ARAÚJO, 2021). Na década de 1970, a Rádio Mulher teve equipe de transmissões de jogos de futebol totalmente formada por mulheres (RIBEIRO, 2007). Regiane Ritter, com atuação na área a partir da década de 1980, também está entre as

---

<sup>4</sup> Tradução livre, elaborada pela autora, do trecho: “La negación de un conocimiento empírico se produce en términos de un saber que se juzga necesario para comprender el juego en sí mismo y del que las mujeres, tal como aparece en el imaginario futbolístico, carecen. Se trata de un saber que integra lo afectivo y lo emocional, un saber corporal, en tanto el cuerpo forma parte de ese acto de conocer (Maffesoli, 1997). Esta dimensión se manifiesta como significativa porque la negación de este saber no se presenta en forma transparente sino que conduce, por vías más opacas, a la desvalorización de la sensibilidad femenina respecto del fútbol. Si el fútbol es una suerte de educación sentimental destinada a construir un ethos masculino, la adjudicación del ‘no-saber’ aparece vinculada a la ausencia de prácticas futbolísticas que, se supone, todos los hombres han hecho alguna vez. Dicha práctica otorga el derecho a la palabra a los varones y a la vez restringe el campo: “Mujeres en el fútbol... me es indiferente, pero me molesta que relaten o comenten, ya que tienen que haber jugado al fútbol para saber (...) el fútbol es de hombres y lo juegan los hombres...” (Federico, 28 años). La negación así producida adopta la forma de una especie de “persuasión clandestina” que, al decir de Bourdieu y Wacquant, es ejercida simplemente por el orden de las cosas, es decir, aquello que está dado.” (BINELLO et al, 2005, p. 44-45)

pioneiras normalmente listadas na bibliografia comum aos estudos sobre jornalismo esportivo e gênero no Brasil (ARAÚJO, 2021).

Ainda assim, apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho referente ao jornalismo esportivo, em cada vez mais funções, é possível considerar que as mulheres ainda não estão totalmente integradas aos sistemas que refletem a autorização de fala nesse campo de atuação. Muitas vezes, independente de se portarem profissionalmente de acordo com as regras e procedimentos impostos, não estão entre os sujeitos legitimamente autorizados para ocupar a função social tendo creditados às suas falas eficácia e valor de coerção.

É possível identificar a existência da restrição de mulheres no jornalismo esportivo a partir de elementos presentes em depoimentos das profissionais quando são questionadas a respeito. Para uma verificação inicial nesse sentido, considerando que esta pesquisa ainda está em andamento e tem o objetivo de aprofundar a discussão sobre o tema a partir de entrevistas a serem realizadas sob a perspectiva da história oral, desenvolveu-se análise documental de entrevistas e depoimentos pontuais de mulheres que são consideradas pioneiras nessa área de atuação – conteúdos disponíveis em sites e portais on-line – em busca de marcas do que seria essa desautorização discursiva.

Foram selecionados: entrevista realizada em 2015 pelo programa *Radioamantes no Ar*, da web rádio *Showtime*, com Zuleide Ranieri<sup>5</sup>, primeira mulher a narrar uma partida de futebol no rádio brasileiro (RIBEIRO, 2007); uma reportagem do canal Paulistão, da Federação Paulista de Futebol, no *YouTube*, em que foi ouvida Germana Garilli<sup>6</sup>, considerada a primeira repórter a cobrir uma partida do campo de futebol (ARAÚJO, 2021); uma conversa entre Regiane Ritter, pioneira como comentarista e repórter no rádio e na televisão (ARAÚJO, 2021), e Luciana Mariano, primeira narradora de futebol a atuar na televisão brasileira (BELARMINO; MEDEIROS, 2018) para o programa *Reflexões Mulher*, da ESPN, elaborado como homenagem relativa ao Dia Internacional da Mulher em 2022<sup>7</sup>; um episódio do podcast *Vida de Jornalista*

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g4-yfgO87i0>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p9pyLwBgZe8>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YxMC1ANpyr8>. Acesso em 14 mar. 2022.

gravado em 2019 com Ana Thaís Matos<sup>8</sup>, primeira mulher a atuar como comentarista no Grupo Globo de Televisão<sup>9</sup>, tradicional na cobertura esportiva; e um episódio do podcast Toda Mídia, de 2020, com a participação de Rafaelle Seraphim<sup>10</sup>, que, se não a primeira, foi uma das primeiras mulheres negras a comentar futebol na TV brasileira<sup>11</sup>.

A desconfiança sobre o trabalho realizado e sobre o que é dito pelas mulheres está presente e é recorrente nos depoimentos das profissionais consideradas neste primeiro momento de pesquisa, a partir da análise dos documentos audiovisuais em questão. Zuleide Ranieri afirma, na entrevista citada, que em sua época – década de 1970, quando era narradora de partidas de futebol transmitidas pela Rádio Mulher, com uma equipe composta só por mulheres – era muito difícil lidar com o preconceito porque a transmissão de futebol estava ligada diretamente, e há muito tempo, ao homem. “Então, quando uma mulher pega o microfone e começa a transmitir, a narrar um jogo de futebol... Aí todo mundo fica meio assim, todo mundo achava que não ia vingar, que não vai dar certo, que mulher não tem esse potencial”, afirmou em 2015 – ela faleceu um ano depois. Germana Garilli, que também fez parte da equipe, relata que percebia que “uns e outros ficavam ressabiados” ao verem uma mulher dentro de campo.

Nesse sentido, Regiane Ritter e Luciana Mariano também conversam sobre a falta de oportunidade que as mulheres têm mesmo quando ocupam espaços no jornalismo esportivo. Narradora, Luciana ressaltou no programa da ESPN que em 30 anos de carreira teve a oportunidade de narrar cerca de 500 jogos, enquanto, no mesmo período, um homem teve a chance de narrar aproximadamente 6 mil jogos. Regiane afirma, na sequência, que esse é o alto preço que elas pagam por serem mulheres. “Nós

<sup>8</sup> Disponível em: <https://podtail.com/pt-BR/podcast/vida-de-jornalista/-44-ana-thais-matos-vida-de-comentarista/>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>9</sup> CESARINI, Beatriz. Da periferia à telinha: primeira mulher comentarista da Globo, Ana Thaís Matos enfrentou pobreza e machismo até virar referência na TV. **UOL**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/ana-thais-matos-enfrentou-pobreza-e-machismo-antes-de- virar-primeira-mulher-comentarista-na-globo/#cover>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>10</sup> MENDONÇA, Renata. ‘Quero que meninas pretas olhem pra mim e vejam que podem ser as próximas’. **Dibradoras**. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/12/04/quero-que-meninas-pretas-olhem-pra-mim-e-vejam-que-podem-ser-as-proximas/>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.idp.edu.br/podcasts/toda-midia/toda-midia-05-jornalismo-esportivo-com-carina-avila-e-rafaelle-seraphim/>. Acesso em 14 mar. 2022.

nascemos mulheres. A diferença salarial é estapafúrdia, estratosférica, não tem como explicar. E a diferença de tratamento, idem. E as diferenças de trabalho, pior ainda”, é como Regiane analisa essa ausência de oportunidades.

Ambas consideram ainda outro elemento que está presente também na entrevista de Ana Thaís Matos ao podcast Vida de Jornalista: a ausência de mulheres mais velhas no jornalismo esportivo. “Uma coisa que me entristece, quando eu paro para pensar, é sobre o fato de a nossa experiência não ser considerada. Dá para contar nos dedos de uma única mão quantas mulheres com mais de 40 anos temos hoje ainda trabalhando com futebol”, relata Luciana Mariano em seu depoimento, registrando que há homens com mais de 70 anos atuando na área e que “quanto mais o tempo passa, mais eles ganham dinheiro, mais são ouvidos, mais são respeitados”. Para Regiane, o que se valoriza no trabalho da mulher nessa área não é a experiência, mas sim beleza e juventude.

Na entrevista de Ana Thaís citada, a jornalista explicita que, se tivesse uma meta, seria atuar como comentarista em uma bancada de televisão quando estiver com 60 ou 65 anos, “e poder falar como tem os homens que falam”. A comentarista também expõe o fato de receber comentários em seus perfis nas mídias digitais em que espectadores afirmam que não aceitavam ver mulheres comentando, mas que a aceitam porque ela “comenta igual homem”. Fato semelhante é apresentado por Rafaelle Seraphim no programa ouvido para o desenvolvimento deste trabalho. Ela criou um perfil com conteúdo sobre esporte no *Instagram* sem se identificar e recebeu mensagens surpresas dos seguidores quando mostrou sua imagem pela primeira vez em um post nessa rede e seu público percebeu que acompanhava o conteúdo sobre futebol, principalmente, produzido por uma mulher.

Além disso, Rafaelle reforça a insegurança que teve para aparecer em frente às câmeras, mesmo já trabalhando com jornalismo esportivo há muitos anos, muito em decorrência de não se ver representada naquele lugar. Tanto que, mesmo atuando como editora em um canal voltado exclusivamente para o jornalismo esportivo, ela começou a atuar como comentarista em outro canal, a convite de uma mulher que havia trabalhado com ela, Vanessa Riche, que a convidou para uma mesa redonda só de mulheres.

Depois, assumiu a função também em canais oficiais de torneios da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e só depois no programa em que trabalhava na edição.

Muitas pessoas negras também conseguiram enxergar em mim uma representatividade muito forte, porque, assim como eu não tive referência, essas pessoas também não tinham. Então, passou a ter um cunho social muito interessante a minha presença ali. Eu estava realizando um sonho porque eu sou cria da Globo, eu fui estagiária na Globo, eu editei o Redação Sportv durante oito anos e aí, alguns anos depois, apareço na bancada. (SERAPHIM, 2020, on-line)

Em uma reportagem de 2019, do site Dibradoras<sup>12</sup>, Rafaelle também relatou que, quando falava sobre a vontade de ser comentarista, ouviu pessoas dizerem a ela que essa possibilidade não existia e que, quando trabalhava no Sportv, havia alguma conversa nos bastidores para que ela assumisse a função, mas, segundo ela, “ninguém tinha aberto essa porta (para mulheres) em nenhum lugar” e “ninguém conseguiu emplacar essa ideia”. Nesse sentido, Ana Thaís também falou sobre a necessidade de mais representatividade, isto é, da presença de mais mulheres, pessoas negras e também homossexuais assumidos no jornalismo como um todo, inclusive no esportivo.

#### 5. Entre comparações e restrições

Em uma enquête divulgada pelo Portal UOL a seus leitores em dezembro de 2020, o site solicita votos a partir da questão: “Quem foi o melhor comentarista de futebol na televisão em 2020?”<sup>13</sup>. A lista conta com 101 nomes de comentaristas que atuam no jornalismo esportivo televisivo. Há apenas cinco mulheres indicadas: Marília Ruiz, Renata Mendonça, Ana Thaís Matos, Fabíola Andrade e Daniela Boaventura. Todas são brancas, assim como a maioria dos homens que estão aptos a serem votados nessa listagem. Entre eles, há parte considerável de ex-jogadores de futebol. Algo que reforça a manutenção do ato da prática esportiva como um elemento importante para

<sup>12</sup> MENDONÇA, Renata. ‘Quero que meninas pretas olhem pra mim e vejam que podem ser as próximas’. **Dibradoras**. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/12/04/quero-que-meninas-pretas-olhem-pra-mim-e-vejam-que-podem-ser-as-proximas/>. Acesso em 14 mar. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/enquetes/2020/12/23/quem-foi-o-melhor-comentarista-de-2020-na-televisao.htm/>. Acesso em 14 mar. 2022.

que o sujeito esteja autorizado e tenha legitimidade ao discurso no campo do jornalismo esportivo.

Mas não é o único elemento que demarca um espaço ainda majoritariamente masculino. A presença de mulheres nas diferentes funções do jornalismo esportivo tem aumentado, o que é perceptível no que dizem algumas delas, inclusive. Entretanto, ainda é possível identificar que há uma predominância masculina e que a validação da mulher como sujeito autorizado a falar nesse tipo de jornalismo ainda é dada a partir da comparação com o que faz o homem – uma comparação que já antevê uma incongruência, considerando que para efetivamente ter eficácia em sua atuação seria necessário, na verdade, ser homem. Seria este o primeiro elemento que qualifica o indivíduo a ser detentor da autoridade do discurso dessa área.

Existe no jornalismo esportivo brasileiro ainda uma demarcação de quem é o sujeito autorizado a falar sobre o futebol. O perfil de homem branco é prioritário em canais de televisão. A participação de mulheres e pessoas negras ainda é numericamente pequena. É preciso ampliar a investigação para melhor especificar como a autoridade concedida aos homens não é naturalmente transferida às mulheres que se apresentam a partir do mesmo ritual e do mesmo discurso comuns ao jornalismo esportivo. Para além da questão de gênero, faz-se necessário também ampliar a discussão para as interseccionalidades, a partir da percepção da existência de um regime de autorização discursiva que restringe não só mulheres em geral, mas ainda mais negras e pessoas que fujam de um padrão de heteronormatividade.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Érika Alfaro de. **Mulher e futebol**: a cobertura e a transmissão da televisão aberta brasileira da Copa do Mundo 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, p. 287. 2021.

BELARMINO, Josué Dantas; MEDEIROS, Júlia Maria Alves de. Do campo à narração esportiva: o espaço das mulheres no futebol brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte, 9., 2018, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABRAGESP, 2018, p. 143-144.

BINELLO, Gabriela; CONDE, Mariana; MARTÍNEZ, Analía; RODRÍGUEZ, María Graciela. Mujeres y fútbol: ¿territorio conquistado o a conquistar? In: ALABARCES,

Pablo (org.). **Peligro de Gol**: Estudios sobre deporte y sociedad en América Latina (edição digital). Buenos Aires: Clacso, 2005.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, p. 179-199, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BUENO, Noemi Correa; MARQUES, José Carlos. Jornalismo esportivo e relações de gênero: o espaço para a participação feminina. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 45, 2020.

COSTA, Leda Maria da. Notícias esportivas: Entre o jornalismo e a literatura. In: **Anais do SILEL**, v. 2, n. 2, Uberlândia: EDUFU, 2011.

DEUZE, Mark. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 442-464, 2005.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, p. 06-21, 2016.

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (org). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GUEDES, Simoni Lahud. Discursos autorizados e discursos rebeldes no futebol brasileiro. **Esporte e Sociedade**, n.16, 2021

JOHN, Valquíria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n.2, p. 498-509, jul/dez 2014.  
KOSHIYAMA, Alice Mitika. Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, 24., Campo Grande (MS), 2001.



LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja. MICK, Jacques. Mais pessoas negras e menos mulheres no mesmo trabalho exaustivo: o perfil de jornalistas no Brasil em 2021. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/). Acesso em: 4 dez. 2021.

LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada - A invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. **Revista USP**, n. 22, p. 64-83, 1994.

LOVISOLO, Hugo. Jornalismo e esporte: linguagem e emoções. **Corpus et Scientia**, ano 7, vol. 7, n.2, p. 91-99, 2011.

MATTOS, Ediane Teles de; ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A constituição histórica da presença da mulher no radiojornalismo esportivo brasileiro. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, 40., Curitiba, 2017.

MCLAREN, Margaret A. **Feminism, Foucault, and embodied subjectivity**. Albany: Suny Press, 2002.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 7, n. 1, p. 45-70, 2007.

PEREIRA, Daiane de Arruda; RITTER, Eduardo. A inserção das mulheres no jornalismo esportivo: análise do movimento #DeixaElaTrabalhar através dos sites Globo Esporte e El País. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, 20., Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, André. **Os donos do espetáculo**: história da imprensa esportiva no Brasil. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, v. 21, n. 51, p. 7-18, 2011.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.